

CORREIO ECONÔMICO

POR
MARTHA IMENES

MEI deve ter cuidados para não cair em ilegalidade

Receita intensifica fiscalização e exclui milhões de MEIs

Criado para simplificar a formalização de pequenos negócios, o regime do Microempreendedor Individual (MEI) tem sido alvo de uso indevido por empresas e contribuintes que buscam reduzir a carga tributária de forma irregular.

Visando proibir essa prática, a Receita Federal ampliou a fiscalização nos últimos anos, cruzando dados de Pix, cartões e notas fiscais eletrônicas, o que resultou na exclusão e desenquadramento de milhões de MEIs.

Os principais motivos para a retirada do regime de simplificação fiscal foram excesso de faturamento e práticas fraudulentas, como abrir MEIs em nome de terceiros ou omitir receitas.

Fiscalização digital

Para o advogado Marco Ruzene, mestre em Direito e doutor em Direito Tributário pela PUC-SP, "muitos contribuintes ainda subestimam esse tipo de fiscalização digital. Acreditam que pequenas omissões passam despercebidas, mas os cruzamentos financeiros mostram o contrário". A principal prática, segundo ele, é a abertura de MEIs em nome de terceiros para dividir faturamento.

Receita



Aplicativo MEI fornece todas as informações necessárias

Abertura de várias contas bancárias

Outros pontos envolvem a utilização de várias contas bancárias ou maquininhas para dispersar receitas, utilização de várias contas bancárias ou maquininhas para dispersar receitas, ocultação de operações de alto valor sob um CNPJ de MEI; subdeclaração de valores na DASN-SI-MEI e omissão de recebimentos em dinheiro ou via Pix.

Entre as medidas preventivas para não ultrapassar os limites legais estão: monitorar mensalmente o faturamento e manter controle atualizado do fluxo de caixa e equilibrar compras e vendas.

Omissão de receita

A Receita presume omissão de receita quando o volume de compras supera 80% do faturamento declarado. Outras dicas: separar contas pessoais e empresariais, evitando misturar despesas e recebimentos e Atentar para meios de pagamento eletrônicos, garantindo que maquininhas e chaves Pix refletem o faturamento real.

Balança comercial

Pelo sexto mês seguido desde o tarifaço do governo de Donald Trump, as exportações brasileiras para os Estados Unidos acumularam queda. As vendas para a China, no entanto, continuaram a subir, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).

Vendas

Em janeiro, as vendas para os Estados Unidos totalizaram US\$ 2,4 bilhões, recuo de 25,5% em relação aos US\$ 3,22 bilhões no mesmo mês de 2025. As importações de produtos norte-americanos também caíram 10,9% para US\$ 3,07 bilhões. O resultado foi um déficit de US\$ 670 milhões na balança comercial bilateral em desfavor do Brasil.

Retração

Esta foi a sexta retração consecutiva nas vendas brasileiras aos EUA desde a imposição da sobretaxa de 50% aplicada pelo governo de Donald Trump a produtos do Brasil, em meados de 2025. Apesar de a tarifa ter sido parcialmente revista no fim do ano passado, o MDIC estima que 22% das exportações brasileiras ainda estejam sujeitas às alíquotas extras, que variam entre 40% e 50%.

China

Na contramão do desempenho com os Estados Unidos, o comércio com a China apresentou resultado positivo. As exportações brasileiras ao país asiático cresceram 17,4% em janeiro, somando US\$ 6,47 bilhões, contra US\$ 5,51 bilhões um ano antes. As importações caíram 4,9% para US\$ 5,75 bilhões, o que garantiu ao Brasil um superávit de US\$ 720 milhões no mês.

Parceiros

Entre os principais parceiros comerciais, a corrente de comércio - soma de importações e exportações - com a China alcançou US\$ 12,23 bilhões, alta de 5,7%. Já o intercâmbio com os Estados Unidos somou US\$ 5,47 bilhões, queda de 18%, refletindo a redução tanto nas exportações quanto nas importações.

UE

O comércio com a União Europeia gerou superávit de US\$ 310 milhões para o Brasil, embora a corrente comercial tenha recuado 8,8% em relação a janeiro de 2025. As exportações para o bloco caíram 6,2%, enquanto as importações diminuíram 11,5%. Com a Argentina, o Brasil registrou superávit de US\$ 150 milhões, mesmo com a forte retração de 19,9% no comércio bilateral.



Primeira divulgação sobre o IPCA de 2026 sairá nesta terça

Previsão de inflação em queda, mas juros em alta

Estimativa recuou para 3,97% este ano, Selic continua em 15%

Por Martha Imenes

Pela quinta semana seguida a previsão para a inflação de 2026 foi reduzida e está dentro do intervalo da meta para a variação de preços que deve ser perseguida pelo Banco Central (BC). Dessa vez a previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - referência oficial da inflação no país - passou de 3,99% para 3,97% em 2026, segundo projeção do Boletim Focus.

Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5%, e o superior, 4,5%.

Para 2027, a projeção da inflação se manteve em 3,8%. Para 2028 e 2029, as previsões são de 3,5% para os dois anos.

A primeira divulgação sobre o IPCA de 2026 será feita nesta terça-feira (10) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com o índice de janeiro.

Em dezembro, a alta no preço dos transportes por aplicativo e das passagens aéreas fez a inflação chegar a 0,33%, acima do aumento de 0,18% registrado em novembro. O resultado fez o IPCA acumular alta de 4,26% em 2025.

Taxa Selic

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa

como principal instrumento a taxa básica de juros (Taxa Selic), definida atualmente em 15% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do BC. Apesar do recuo da inflação e do dólar, o colegiado não mexeu nos juros pela quinta vez seguida.

A taxa está no maior nível desde julho de 2006, quando estava em 15,25% ao ano. Em comunicado, o Copom confirmou que começará a reduzir os juros na reunião de março, caso a inflação se mantenha sob controle e não haja surpresas no cenário econômico.

A estimativa dos analistas de mercado é que a taxa básica de juros caia para 12,25% ao ano até o final de 2026, a mesma previsão do boletim Focus da semana passada. Para 2027 e 2028, a previsão é que a Selic seja reduzida novamente para 10,5% ao ano e 10% ao ano, respectivamente. Em 2029, a taxa deve chegar a 9,5% ao ano.

Juros

Quando o Copom aumenta a Selic, a finalidade é conter a demanda aquecida e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Assim, taxas mais altas também podem dificultar a expansão da economia.